

**EGRESSOS DA GRADUAÇÃO**

**BACHARELADO EM DIREITO**

# Avaliação



Comissão Própria de Avaliação



**2006 - 2010**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**  
**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO DE DIREITO**

**PONTA GROSSA**  
**2011**

## *Avaliação*

*é um fenômeno que permite a revelação de todas as nossas concepções. Mais que um processo de natureza técnica e asséptica, é uma atividade imbuída de dimensões pedagógicas, políticas e morais. Pelo modo como se pratica a avaliação, poderíamos chegar às concepções do profissional que a empreende a respeito da sociedade, das instituições de ensino, da aprendizagem e da comunicação interpessoal.*

Miguel Angel Santos Guerra (2007)

## **REITORIA**

### **Reitor**

João Carlos Gomes

### **Vice-reitor**

Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

## **PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO**

Altair Justino

## **COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

Mary Ângela Teixeira Brandalise

Clícia Bühner Martins

Cláudio Puríssimo

Constantino Ribeiro de Oliveira Junior

Diva Brecailo Abib

Esméria de Lourdes Savelli

Jeremias Borges da Silva

José Trobia

Josiane Cristine Bachmann Madalozzo

Luciane Tessaroli Dezont

Sandra Cogo

Vanessa Sabóia Zappia

Adriano Augusto Pantaleão

Giane Correia Silva

Nicolly Talita Hrycyna Belo

## **COORDENADOR DE CURSO**

Rauli Gross Junior

## **MEMBROS DO COLEGIADO**

Regina Fátima Wolochn – Vice-coordenadora do curso

Adriana de Fátima Pilatti Ferreira Campagnoli - Departamento de Direito de Estado

Everson Manjinski - Departamento de Relações Sociais

Fabício Bittencourt da Cruz – Departamento de Direito de Estado

José Schell Junior – Departamento de Relações Sociais

Kleber Cazzaro - Departamento Direito Processual

Luana Maria de Oliveira Billerbeck – Departamento Direito Processual

Gracia Maria Vassão Iezak – Núcleo de Prática Jurídica

## SUMÁRIO

<b>1 Apresentação</b> .....	6
<b>2 Avaliação dos egressos do Curso de Direito</b> .....	7
<b>2.1 Perfil do Egresso</b> .....	7
2.1.1 Gênero/Sexo.....	7
2.1.2 Idade.....	8
2.1.3 Ano de conclusão egressos.....	9
2.1.4 Cidade de residência atual .....	9
<b>2.2 Formação na graduação</b> .....	10
2.2.1 Atendimento às expectativas iniciais em relação ao curso.....	11
2.2.2 Aplicabilidade da formação recebida na vida profissional .....	12
2.2.3 Dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho.....	17
<b>2.3 Atuação Profissional</b> .....	17
2.3.1 Relação área de graduação X área profissional .....	18
2.3.2 Tipo de exercício profissional .....	19
2.3.3 Tipo de atuação profissional.....	20
2.3.4 Tempo entre a conclusão do curso e o primeiro trabalho.....	20
<b>3 Considerações Finais</b> .....	24
<b>3.1 Colegiado de Curso</b> .....	24
<b>3.2 Comissão Própria de Avaliação</b> .....	24
3.2.1 Parecer da Comissão Própria de Avaliação .....	25

## 1 Apresentação

A avaliação dos cursos de graduação das instituições de ensino superior atualmente é uma das exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes. A avaliação externa, desencadeada nacionalmente através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade e da Avaliação de Cursos, busca averiguar a qualidade dos cursos de graduação agregando as notas dos estudantes e os insumos da instituição quanto à infraestrutura, aspectos pedagógicos e administrativos, matrículas, regime de trabalho docente, conceitos de curso, entre outros.

Paralelamente à avaliação externa cabe a cada Instituição de ensino superior desencadear os processos de avaliação interna e, é nessa perspectiva que se insere a avaliação dos cursos de graduação realizada pelos egressos do período 2006-2010, desenvolvida na UEPG no primeiro semestre de 2011.

O processo avaliativo foi desenvolvido pela Comissão Própria da Avaliação, em parceria com os coordenadores de curso de graduação, desde a fase de concepção da avaliação, da definição das dimensões a serem avaliadas, da elaboração coletiva do instrumento, da criação do sistema informatizado, da sensibilização e mobilização dos egressos, da participação dos egressos até a fase de organização, análise e divulgação dos resultados.

O instrumento avaliativo construído coletivamente foi composto de 12 questões, sendo 6 (seis) fechadas, 4 (quatro) abertas e 2 (duas) semi-abertas. Os dados oriundos das respostas dadas às questões pelos egressos dos cursos de graduação da UEPG, participantes da pesquisa, foram agrupados nas seguintes categorias ou dimensões neste relatório: a) perfil do egresso; b) formação na graduação; c) atuação profissional e d) qualificação na pós-graduação.

O processo avaliativo realizado envolveu todos os cursos de graduação da UEPG. Dos 6.575 egressos aptos 1.281 responderam todo o questionário, constituindo uma amostra significativa de 19,48%. O desenvolvimento da avaliação dos cursos de graduação na perspectiva dos egressos possibilitou a identificação das potencialidades e fragilidades da formação recebida, a trajetória profissional e a continuidade da qualificação em nível de pós-graduação após a conclusão do curso.

Neste relatório a Comissão Própria de Avaliação registra os resultados da percepção de egressos do curso **Direito**, na modalidade presencial da UEPG. Espera-se que apesar das limitações inerentes a todo processo avaliativo, a análise dos dados aqui apresentada contribua para uma reflexão crítica da qualidade acadêmica e, ao mesmo tempo, possibilitem o (re)pensar contínuo das ações dos gestores institucionais.

*Mary Ângela Teixeira Brandalise*  
*Presidente da Comissão Própria de Avaliação*

## 2 Avaliação dos egressos do Curso de Direito

### 2.1 Perfil do Egresso

O levantamento do perfil dos egressos do Curso de Direito foi realizado a partir das seguintes variáveis: sexo, idade, ano de conclusão e cidade atual de residência. São na sua maioria do sexo feminino 54% com faixa etária apresentando grande variabilidade, entre vinte e três (23) e sessenta e dois (62) anos, sendo que 71% têm idade entre vinte e três (23) e vinte e sete (27) anos, 16% entre vinte e oito (28) e trinta (30) anos, e os restantes 13% mais de trinta (30) anos.

Dos (63) sessenta e três respondentes, (24%) concluíram o curso no ano de 2010, (30%) no ano de 2009, (16%) no ano de 2008, (12%) no ano de 2007 e (18%) no ano de 2006.

Do total de respondentes, 53% residem atualmente na cidade de Ponta Grossa e (8%) em cidades localizadas na região dos Campos Gerais (Carambeí, Castro, Imbituva e Palmeira). Os demais residem em cidades como Blumenau, Concórdia, Curitiba, Florianópolis, Guarapuava, Ibitinga, Itapetininga, Londrina, Porto Alegre, Quedas do Iguaçu, Registro, Rio Negro e União da Vitória. Os resultados do perfil dos egressos estão apresentados nas tabelas e gráficos seguintes.

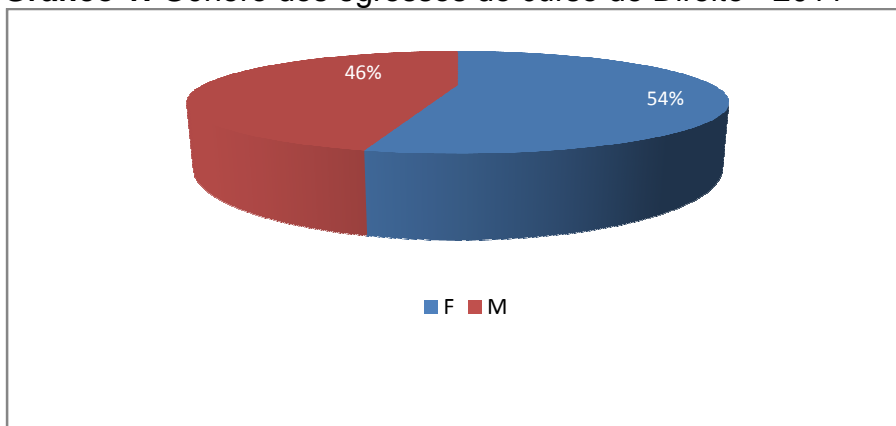
#### 2.1.1 Gênero/Sexo

**Tabela 1:** Gênero dos egressos do curso de Direito - 2011

<b>GÊNERO</b>	<b>Total</b>
F	34
M	29
<b>Total geral</b>	<b>63</b>

Fonte: CPA/UEPG

**Gráfico 1:** Gênero dos egressos do curso de Direito - 2011



Fonte: CPA/UEPG



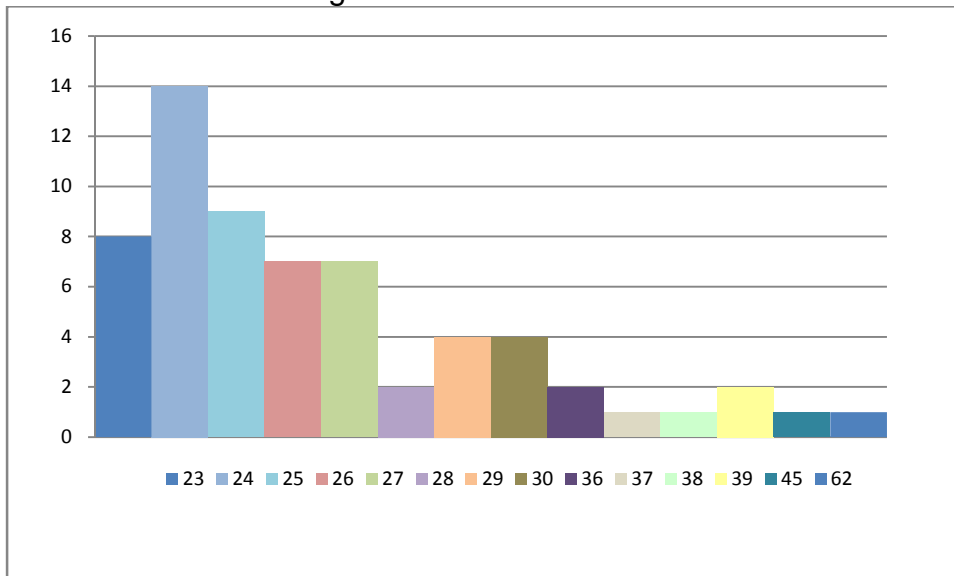
## 2.1.2 Idade

**Tabela 2:** Idade dos egressos do curso de Direito - 2011

<b>IDADE</b>	<b>Total</b>
23	8
24	14
25	9
26	7
27	7
28	2
29	4
30	4
36	2
37	1
38	1
39	2
45	1
62	1
<b>Total geral</b>	<b>63</b>

Fonte: CPA/UEPG

**Gráfico 2:** Idade dos egressos do curso de Direito - 2011



Fonte: CPA/UEPG

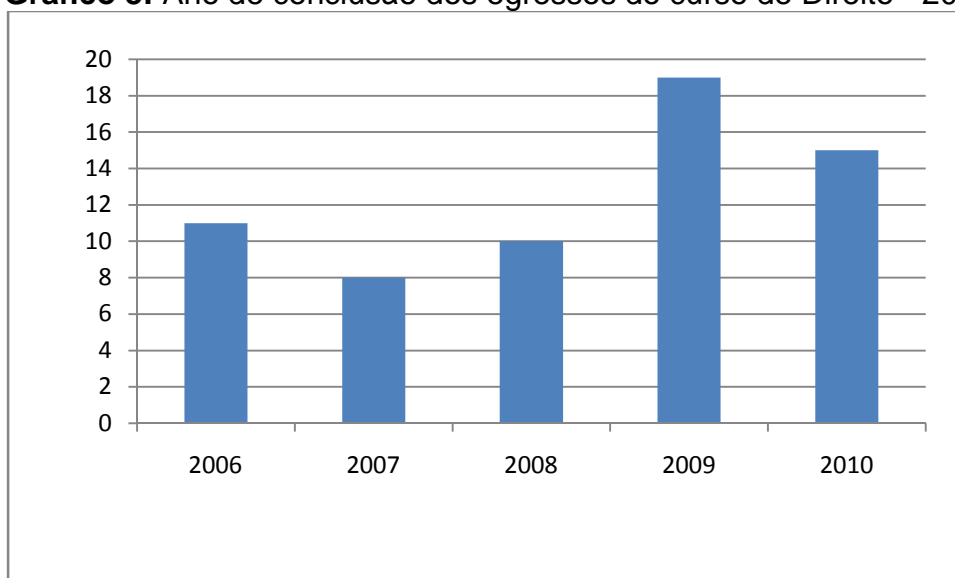
### 2.1.3 Ano de conclusão egressos

**Tabela 3:** Ano de conclusão dos egressos do curso de Direito - 2011

<b>ANO_CONCLUSÃO</b>	<b>Total</b>
2006	11
2007	8
2008	10
2009	19
2010	15
<b>Total geral</b>	<b>63</b>

Fonte: CPA/UEPG

**Gráfico 3:** Ano de conclusão dos egressos do curso de Direito - 2011



Fonte: CPA/UEPG

### 2.1.4 Cidade de residência atual

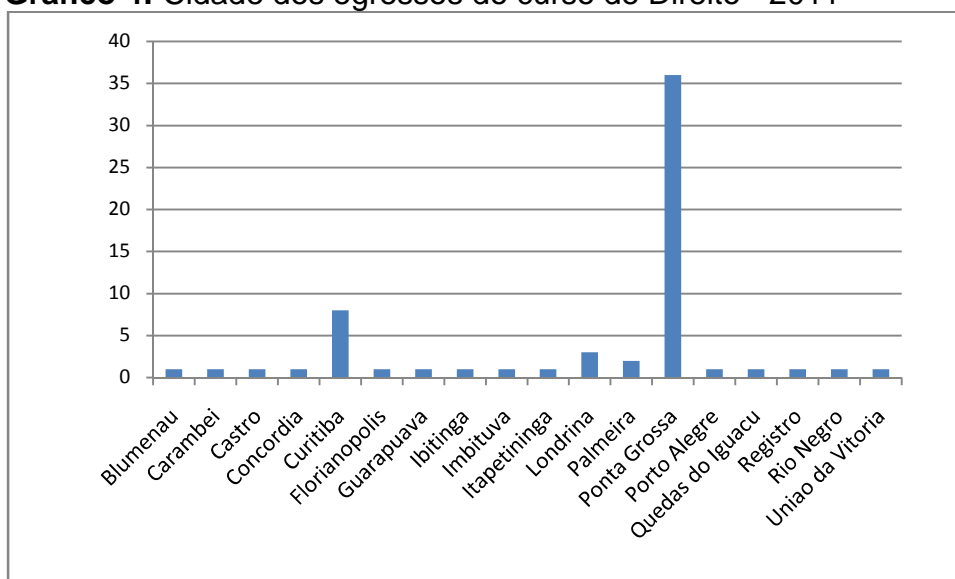
**Tabela 4:** Cidade dos egressos do curso de Direito - 2011

<b>CIDADE</b>	<b>Total</b>
Blumenau	1
Carambei	1
Castro	1
Concordia	1
Curitiba	8
Florianopolis	1
Guarapuava	1
Ibitinga	1
Imbituva	1

Itapetininga	1
Londrina	3
Palmeira	2
Ponta Grossa	36
Porto Alegre	1
Quedas do Iguacu	1
Registro	1
Rio Negro	1
Uniao da Vitoria	1
<b>Total geral</b>	<b>63</b>

Fonte: CPA/UEPG

**Gráfico 4:** Cidade dos egressos do curso de Direito - 2011



Fonte: CPA/UEPG

## 2.2 Formação na graduação

Quando questionados sobre o atendimento das expectativas em relação ao curso ao concluir a graduação, 38,1% dos egressos do curso de Direito responderam que as mesmas foram atendidas, enquanto que 36,51% declararam que estas foram parcialmente atendidas, 20,63% mencionaram que as expectativas foram superadas, e por fim, apenas 4,76% responderam que as expectativas não foram atendidas.

Sobre as opiniões dos egressos em relação à formação recebida na graduação no que diz respeito à sua aplicabilidade na vida profissional, 36 dos respondentes consideraram-na “boa”, 13 consideraram-na “regular”, enquanto que 14 entenderam como “excelente”.

Quanto à principal dificuldade enfrentada pelos egressos do curso de Direito no mercado de trabalho em relação à formação recebida no curso de graduação, (23,81%) dos respondentes mencionaram a relação teoria-prática, (20,63%) a competitividade no mercado de trabalho, (12,70%) indicaram a remuneração abaixo do piso da categoria, (9,52%) a necessidade da atuação profissional, (7,94%) registraram a defasagem teórico-metodológica do currículo do curso, e por fim (11,11%) apontaram outras situações.

Em relação às sugestões dos egressos quanto à organização curricular do curso concluído (Direito) para melhor preparação à inserção profissional na área de atuação, houve uma concentração significativa dos dados para a dimensão relação teoria-prática, a qual implica em depoimento sobre as disciplinas de cunho pedagógico, a formação acadêmica e a percepção dos egressos sobre a formação que recebem na universidade e como ela tem se refletido na atuação profissional.

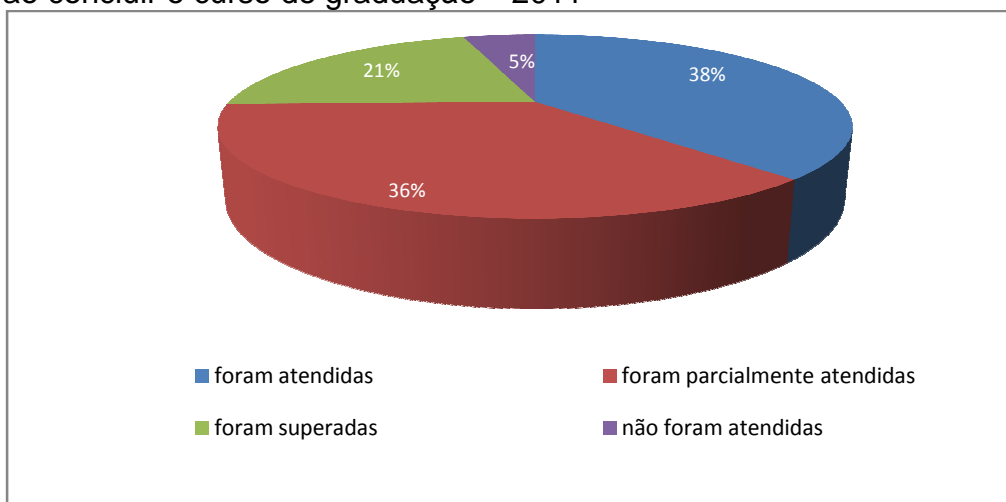
### 2.2.1 Atendimento às expectativas iniciais em relação ao curso

**Tabela 5:** A expectativa dos egressos em relação ao curso de Direito ao concluir o curso de graduação - 2011

Opção	(Qt)	(%)
foram atendidas	24	38,10%
foram parcialmente atendidas	23	36,51%
foram superadas	13	20,63%
não foram atendidas	3	4,76%
<b>Total geral</b>	<b>63</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: CPA/UEPG

**Gráfico 5:** A expectativa dos egressos em relação ao curso de Direito ao concluir o curso de graduação – 2011



Fonte: CPA/UEPG

## 2.2.2 Aplicabilidade da formação recebida na vida profissional

Os depoimentos que seguem são referentes à questão semi-aberta de “como o egresso avalia a formação recebida na graduação em relação a sua aplicabilidade na vida profissional”. A partir das dimensões que foram propostas no questionário e assinaladas pelos egressos originaram-se os discursos do sujeito coletivo com relação às dimensões *boa*, *excelente* e *regular*, que seguem, na sequência.

Assim, computou-se que 36 (trinta e seis) dos respondentes consideram a aplicabilidade da formação recebida na vida profissional boa, 14 (quatorze) respondentes avaliaram como excelente e 13 (treze) com uma aplicabilidade regular.

### Discurso do Sujeito Coletivo referente à dimensão boa:

*Existem vários pontos que não foram adequadamente tratados, necessitando o acadêmico recorrer a cursinhos para a adequada prática do exercício profissional ou para se qualificar adequadamente para a função pública. A vida profissional do profissional de direito é, predominantemente, prática e técnica, motivo pelo qual acredito que poderia se desenvolver mais as disciplinas de estágio e prática processual, dando maior ênfase àquilo que mais se enfrenta no cotidiano. Isto é, além do trabalho com o direito de família e etc, no NPJ, estender a prática à área trabalhista, de juizados estaduais e federais. Boa, pois tive aula com alguns excelentes professores, mas a continuação nos estudos foi imprescindível após formada. Alguns professores superaram as expectativas, em outras disciplinas nem tanto. Algumas matérias que hoje estudo (direito militar) não foi aplicado na graduação, mas entendo que por questões práticas. Ao me inserir no mercado de trabalho percebi que concluí a graduação sabendo mais do que eu imaginava. O curso de Direito da UEPG prepara bem o aluno para o mercado de trabalho, embora o ingresso no mercado seja difícil. A formação teórica atende perfeitamente as exigências necessárias para o exercício da advocacia. A formação prática carece de aprofundamento para atender as necessidades da profissão. O curso ainda possui muitas deficiências. O curso, em determinados aspectos, logrou atender as expectativas com relação à formação do profissional apto para o mercado de trabalho, entretanto, em determinadas disciplinas faltou o aprofundamento necessário, uma visão mais crítica e prática. Apesar de problemas como falta de livros atualizados, o curso consegue transmitir ao graduando o conhecimento necessário para aplicação na vida profissional. O curso de Direito possui bons professores que nos fazem aprender a matéria. Contudo, acredito que falta no curso maior oportunidade para desenvolver outras aptidões, como a pesquisa, a extensão e o comprometimento com a responsabilidade social. O curso poderia focar um pouco mais na parte prática da profissão. Atualmente não atuo na área para a qual me formei, no entanto, mesmo estando em área distinta, utilizo diariamente muitos conhecimentos adquiridos na faculdade. O curso deveria ser mais direcionado à prática jurídica desde os anos iniciais, correlacionando situações reais com a teoria do Direito. A formação foi adequada em termos teóricos, deixando a desejar na parte prática. Alguns pontos relevantes não foram abordados na graduação. O que ajudou muito na minha formação foi o estágio no contra-turno. Que, a partir disso, conseguia materializar aquilo que abstratamente era dado em sala de aula. Poderia haver uma maior interação aluno-profissional, desde o primeiro ano da faculdade.*

*Acredito que não há como ser 100% satisfatória, uma vez que nem todos os professores estão preparados para oferecer aos alunos um ensino de qualidade. A muitos, em que pese o conhecimento estar muito presente, falta didática, pedagogia, o que faz com que se perca o objetivo da sala de aula.*

*Tive o curso como um adicional ao meu desempenho como empresário. A aplicabilidade só não é excelente, pois faltaram muitos conteúdos relativos à atividade, no que tange à contratos, impostos, trabalho e direito empresarial propriamente dito. Boa parte disto em razão do tempo ministrado para cada assunto, que fazia com que a maioria dos assuntos fosse explorado superficialmente em detrimento de outros.*

*A depender do professor a matéria foi bem recebida pelos alunos. Isso porque, nos cursos de Direito, em geral, não há dedicação exclusiva do professor com a sala de aula, dando margem para que alguns, após exaustivo dia de trabalho em seu escritório, 'matem tempo' ao invés de ministrar a matéria. Deveria ter uma avaliação/fiscalização mais séria, porque ela existe, mas é encarada com brincadeira, tanto por alunos, como por 'chefes' de setor/colegiado.*

*Outra questão a ser revisada seria a forma de avaliação. Entendo a discricionariedade do professor na elaboração da prova, mas, se não exigir do aluno, ele não vai estudar, logo, não adianta uma boa aula dada e um conteúdo não estudado, pois a memorização/aprendizagem se dá com a revisão/repetição em casa do que foi visto na sala de aula (entendo também que não é atribuição da Universidade em controlar como cada aluno deve estudar, mas se todos os professores forem rigorosos na avaliação, o aluno se obriga a estudar realmente, elaborar o seu plano de estudo para não reprovar). Isso tudo, não adianta, se ao final do ano, para não ouvir reclamações, os professores/colegiado, ajudarem o aluno a passar, seja por nota ou por faltas. É melhor segurar um aluno mais um ano ou pelo tempo que for necessário na Universidade, do que liberá-lo de forma inapta para o mercado de trabalho, ou seja, saia da Universidade bem preparado ou não saia.*

*Outra questão a ser encarada, ao menos para o curso de Direito, seria a atualização da 'grade' curricular. Tenho conhecimento que após a minha entrada na Universidade ela já foi duas vezes alterada, mas ainda não atende às necessidades do mercado, seja para quem pretende prestar concurso público, seja para quem pretende advogar. No geral, falta um pouco mais de incentivo do professor para com o aluno, incentivo este (que muitas vezes não se tem em casa) para que encare a graduação como a base de seu futuro profissional. Atualmente o 'período de faculdade' é visto com sinônimo de festa. Note-se que até aqui, se a avaliação fosse rigorosa (que obrigasse o aluno a estudar) e não existissem 'outros meios' de ele passar no final do ano, realmente ficasse retido ou em dependência, a graduação seria levada mais a sério. Falo isso de conhecimento próprio, pois quando o professor exigiu, eu estudei, e levando a exemplo a prova da OAB, foi a matéria em que me dei bem. Em outras matérias, muitas vezes mesmo com a matéria bem ministrada na sala de aula, não houve exigência na avaliação, pelo contrário, tínhamos trabalhos para completar nota, notas extras, provas muito fácil, e foram nessas matérias que me dei mal. Concluindo: professor com vontade de dar aula, aluno com vontade/incentivado a estudar/aprender, ou, para os que entendem faculdade como sinônimo de festa, forçado a estudar, tendo em vista a avaliação rigorosa e a certeza de que se não atingir a média será reprovado, teremos uma Universidade formando profissionais muito mais preparados para a vida pós-Universidade.*

*A formação foi boa. Poderia ter sido melhor, se houvesse mais comprometimento por parte dos professores, e também dos alunos. Faltou*

*debate acerca de questões essenciais do ensino jurídico e melhores métodos didáticos por parte dos professores. Necessário um maior contato com a prática forense. A formação recebida no curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa tem sido muito útil no meu dia-a-dia como Defensor Público Federal, pois me conferiu o conhecimento técnico necessário ao exercício da função, mas acima de tudo permitiu que tivesse uma visão crítica da realidade, que é imprescindível a um bom Defensor Público. A formação foi suficiente para o exigido no mercado de trabalho. Não é possível conhecer de toda matéria atinente ao Direito durante a graduação, o que causa um déficit na vida profissional até que se adquira maiores conhecimentos, inclusive na prática. Faltam mais aulas práticas. Algumas matérias deixaram a desejar e hoje são bastante importantes na área em que atuo, credito tal qualificação na conta dos professores que exerceram sua profissão abaixo das expectativas, razão que influencia na minha avaliação da UEPG como um todo. O curso de Bacharelado em Direito é um ótimo curso, com bons e qualificados professores, infelizmente peca pela sua biblioteca e poucas oportunidades de pós-graduação, stricto e lato sensu. A formação me ofereceu um apanhado geral das áreas de atuação de um operador do Direito. Não tive dificuldades ao me preparar para exame da OAB, pois todas as disciplinas foram ministradas por excelentes professores ao longo da graduação. Os professores, na sua maioria, são bem qualificados e transmitem bem os conhecimentos, salvo algumas exceções! Acredito ainda que a manutenção de alguns docentes sem desenvolvimento em seus currículos acadêmicos ou habilidades metodológicas mantenham um aspecto totalmente negativo ao curso. Minha turma sofreu com a ausência de professores em diversas disciplinas. Destaco que esta ausência a que me referi não foi apenas física. Alguns fingiam dar aula.*

*Por outro lado, faz-se necessário destacar o excelente trabalho de muitos docentes. Em razão destes acredito que minha formação tenha sido boa. Não foi excelente apenas em razão dos problemas já apontados, obviamente que existe culpa nos pontos falhos em razão de displicência minha. Mas, certamente a formação recebida está acima da média existente nas faculdades em geral. Hoje além de advogado, sou professor universitário e posso confirmar isso na prática.*

*Tivemos problemas com falta de professores no início do curso, trocas de professor do decorrer de alguns anos letivos, ocasionando problemas de continuidade; entretanto tínhamos ótimos professores em outras disciplinas. Considero que minha graduação forneceu uma boa base para minha vida profissional, contudo, como optei por prestar concurso público, notei a necessidade de complementar estudos em alguns pontos que o programa da universidade não contemplava ou contemplava com alguma superficialidade. A parte prática ainda fica em falta, bem como a pouca possibilidade de pesquisa dentro da área jurídica. Se a universidade tornasse isto mais acessível, facilitaria em muito o aprendizado bem como as noções de vida prática dentro da área de estudo.*

Discurso do Sujeito Coletivo referente à dimensão excelente:

*Tendo como base a formação acadêmica concluída junto a essa respeitável Universidade, avaliação é Excelente, pois o corpo docente está comprometido em tornar a UEPG como referência. Na vida profissional estou realizada, buscando especializar-me cada vez mais, para poder cada vez mais enaltecer o bom nome na Universidade Estadual de Ponta Grossa - Pr. Atualmente recebo destaque satisfatório no desempenho de minhas funções profissionais graças ao conhecimento obtido junto à instituição.*

*Os professores são realmente mestres, com muita experiência. Nos mostram exatamente o que será requerido após a o término do curso. A formação recebida na UEPG foi completamente voltada para a vida profissional, vez que, sua aplicação na vida profissional acontece com naturalidade. Tudo que aprendi é utilizado com grande frequência. Estou trabalhando na área de Direito Imobiliário e a formação que tive foi excelente e supre todas as minhas necessidades no que tange aos direitos reais. O curso me proporcionou conhecimentos que me auxiliam no desenvolvimento de minhas atividades profissionais. O curso me proporcionou conhecimento necessário à imediata inserção no mercado de trabalho. Trabalho hoje na área jurídica, compatível com a minha formação acadêmica. Nas questões profissionais onde não tenho uma resposta imediata, o curso me ensinou como procurá-la e me disponibiliza uma boa biblioteca para consulta. As aulas, os professores e os programas de ensino foram excelentes e tem aplicação prática no dia a dia da minha profissão. Percebo que a minha formação na UEPG é muito superior a de outros colegas de trabalho formados em outras universidades do Paraná. Grande parte do que aprendi na teoria atualmente visualizo e pratico no meu dia a dia. A formação que recebi na graduação nesta instituição superou minhas expectativas, porque muitas vezes, ao encontrar colegas oriundos de outras instituições, sinto que possuo um grau de conhecimento muitas vezes mais elevado. Porque durante o tempo da graduação recebi muita orientação dos professores, de forma que ficava impossível deixar de estudar. Isso me facilitou muito nos momentos que saí da Universidade e adentrei o mercado de trabalho. Consegui aprovação na OAB e em vários concursos. O conhecimento adquirido foi muito bem ministrado, logo, foram atendidas as necessidades frente ao mercado de trabalho.*

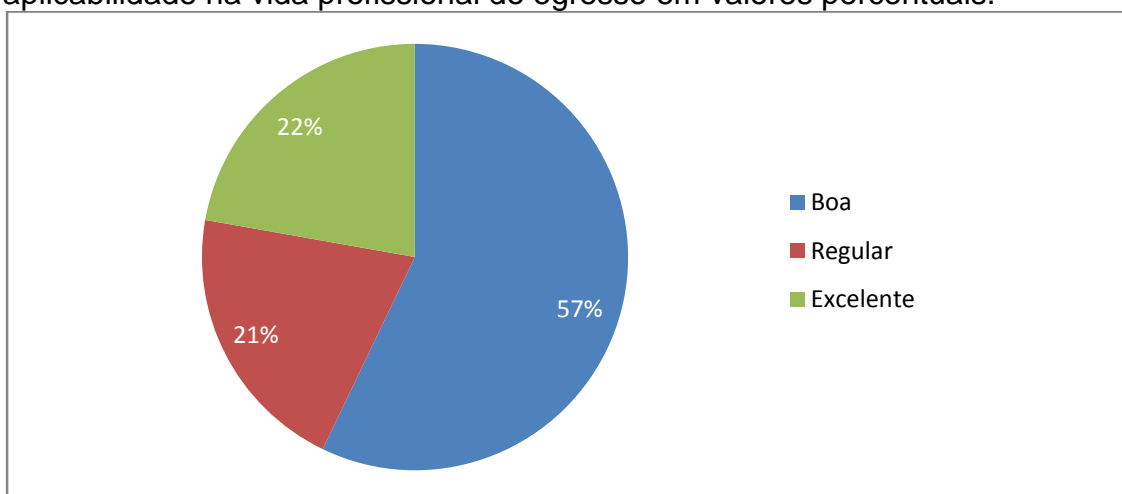
#### Discurso do Sujeito Coletivo referente à dimensão regular

*As disciplinas de prática são bem ministradas de forma a dar uma base boa para o aluno exercer sua prática profissional. Contudo, deveriam ser ampliados os ramos em que se tem contato com a prática, assim como desenvolver mais convênios com diversos setores de atuação, para que os alunos possam se orientar melhor na escolha de sua carreira, bem como saber como iniciar a busca pelo sucesso nessas. No curso de Direito, por exemplo, deveria ter um contato com diversas profissões que se pode exercer em função do curso, tentando construir uma parceria com os órgãos públicos, a fim de ter uma carga horária de estágio a se cumprir em todos eles, ou nos mais comuns, tais como Ministério Público e Magistratura, incluindo nos Juizados Especiais, não focando apenas na advocacia como vem sendo feito. Em se tratando da área de advocacia é necessário a universidade trabalhar mais com a prática de peças processuais e quanto à formação acadêmica do profissional cabe a esta, o incentivo e apoio a pesquisa. Após a formação acadêmica constatei a deficiência em algumas matérias, a exemplo de Direito Previdenciário, Administrativo, as quais eu não tinha sequer um conhecimento básico. Ainda, a parte que mais tive dificuldades foi em relação às audiências, em que não tinha conhecimentos básicos de como deveria me portar em tal ato. Ensino burocrático demais, pouco atrelado às experiências do profissional atuante. As matérias apresentadas pelo curso não apresentam a atualização necessária ao bom desenvolvimento das atividades profissionais enquanto formado, nem propiciam noção prática da sua aplicabilidade. A maioria dos professores, já antigos nas cadeiras, não se interessa em repassar o conteúdo de forma didática, pois não está realmente preocupada em formar bons profissionais. Ou seja, os professores apenas cumprem protocolo a frente da turma. Além disso, a disposição da grade curricular dificulta a correta assimilação dos conceitos e noções pelos acadêmicos, uma vez que disciplinas que necessitam de conceitos de outras são ministradas*



antes destas, e vice-versa. Não estou atuando na área. A parte prática do curso não foi tão explorada como deveria, em especial nas matérias processuais. Regular, pois acredito que a grade curricular deveria contemplar mais matérias práticas, principalmente em outros campos do direito, como previdenciário. Penso que infelizmente ainda existe uma grande diferença entre a teoria e a prática. Nem tudo que está na lei é o que realmente pode ser aplicado na prática. Poucos dos professores passam ao aluno a matéria de forma clara e atualizada. Em especial professores que lecionam há muito tempo não demonstravam preparo tanto no que se refere ao conhecimento da matéria aplicada, mas principalmente pela didática, sendo que matérias como: Direito Administrativo, Comercial, Constitucional foram abordadas de forma péssima. Em relação a matéria de Direito Constitucional, ressalve-se que a UEPG possui excelentes professor, no entanto, a matéria é aplicada em um ano apenas e quando o aluno possui pouco ou nenhum conhecimento do restante das matérias, sendo que foi passado menos de um terço do total desejável. Na minha turma os alunos se formaram sem ter sequer ouvido falar em controle de constitucionalidade. Não me esqueço de excelentes professores. Por fim, a aplicabilidade na vida profissional é muito baixa. Basta verificar o baixo índice de aprovação no exame da OAB, bem como a necessidade dos alunos procurarem cursos preparatórios como no LFG ou Damásio de Jesus, devida a notória insuficiência e baixa qualidade do ensino na maioria das matérias na UEPG. Durante o curso houve inúmeras substituições de professores na mesma matéria, o descaso de alguns professores com a matéria lecionada, bem como, alguns dos professores faltavam com muita frequência, impossibilitando a conclusão de algumas matérias. A vontade de continuar o curso até o final foi motivada pelo fato de eu fazer estágio desde o primeiro ano, em um escritório que possibilitava o contato com quase todas as áreas do direito. O curso poderia ser mais prático ao invés de extremamente teórico. O tempo de formação (05 anos) não é suficiente para se abordar adequadamente todas as matérias necessárias no dia a dia de atuação profissional. Aliado a este fato, houve também o prejuízo decorrente de ausência de professores durante o ano letivo. Concluir a graduação em uma instituição pública ainda tem seu peso no mercado profissional e facilita a colocação no mercado de trabalho, todavia a deficiência na prática profissional durante o curso leva a enfrentar algumas dificuldades na vida profissional.

**Gráfico 6:** Avaliação da formação recebida na graduação em relação à aplicabilidade na vida profissional do egresso em valores percentuais.



Fonte: CPA/UEPG

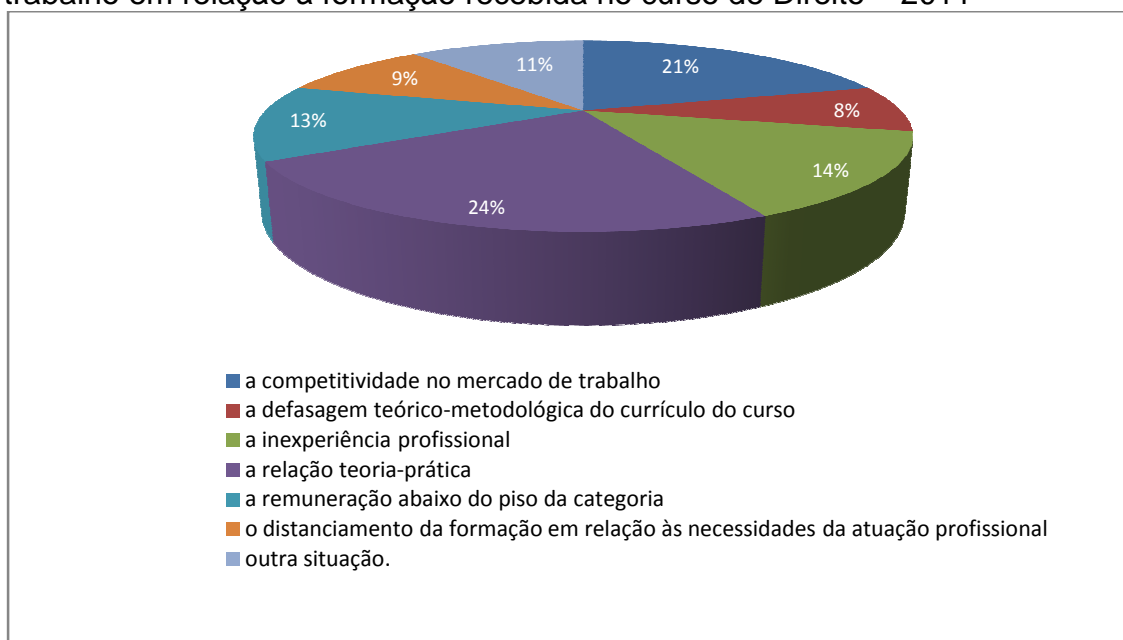
### 2.2.3 Dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho

**Tabela 6:** A principal dificuldade enfrentada pelos egressos no mercado de trabalho em relação à formação recebida no curso de Direito - 2011

Opção	(Qt)	(%)
a competitividade no mercado de trabalho	13	20,63%
a defasagem teórico-metodológica do currículo do curso	5	7,94%
a inexperiência profissional	9	14,29%
a relação teoria-prática	15	23,81%
a remuneração abaixo do piso da categoria	8	12,70%
o distanciamento da formação em relação à atuação profissional	6	9,52%
outra situação	7	11,11%
<b>Total geral</b>	<b>63</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: CPA/UEPG

**Gráfico 7:** A principal dificuldade enfrentada pelos egressos no mercado de trabalho em relação à formação recebida no curso de Direito – 2011



Fonte: CPA/UEPG

### 2.3 Atuação Profissional

Em relação à área de atuação profissional, 47,62% dos egressos do curso de Direito declararam atuar na área vinculada diretamente a de graduação como empregado, 19,05% apontaram estar diretamente vinculados a área de graduação como autônomo, 3,17% estão ligados indiretamente como autônomos, 11,11% estão vinculados indiretamente como empregados, 9,52% estão fora da área de graduação por escolha pessoal, 4,76% estão fora da área da graduação por não encontrar mercado na área, enquanto que 4,76% indicaram outras situações.

Quanto ao tipo de exercício profissional, 71,43% dos respondentes declararam que exercem suas atividades profissionais como empregados, enquanto que 22,22% declarou exercer suas atividades profissionais como autônomos e 4,76%, declarou estar desempregado, enquanto que 1,59% indicou não exercer nenhuma atividade profissional por opção pessoal.

No que diz respeito ao tipo de atuação profissional, 44,44% dos egressos responderam atuar profissionalmente como servidores públicos (federal, estadual, ou municipal), 20,63% indicou labor autônomo, 20,63% atuam no setor privado, 6,35% mencionaram atuar como bolsistas (CAPES, CNPQ, PIBID, entre outros). 1,59% dos respondentes declararam atuar como empreendedores, enquanto que 6,35% optaram pela alternativa “outros”.

Sobre o tempo decorrido entre a conclusão do curso de Direito e o primeiro emprego na área de formação, para 16 dos respondentes o ingresso no mercado de trabalho foi imediato. Para 12 dos egressos o tempo foi de até um ano, para 16 o tempo foi de até seis meses, 7 responderam que o tempo foi de até dois anos e 11 dos respondentes optaram por “outra situação” como resposta.

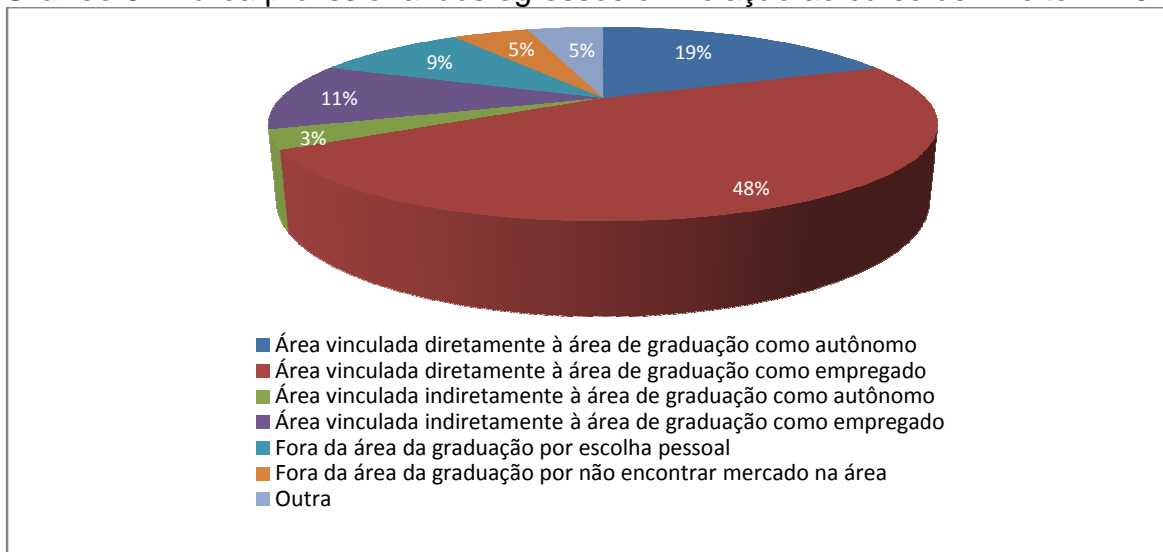
### 2.3.1 Relação área de graduação X área profissional

**Tabela 7:** A área profissional dos egressos em relação ao curso de Direito - 2011

<b>Opção</b>	<b>(Qt)</b>	<b>(%)</b>
Área vinculada diretamente à área como autônomo	12	19,05%
Área vinculada diretamente à área como empregado	30	47,62%
Área vinculada indiretamente à área como autônomo	2	3,17%
Área vinculada indiretamente à área como empregado	7	11,11%
Fora da área da graduação por escolha pessoal	6	9,52%
Fora da área da graduação por não encontrar mercado na área	3	4,76%
Outra	3	4,76%
<b>Total geral</b>	<b>63</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: CPA/UEPG

**Gráfico 8:** A área profissional dos egressos em relação ao curso de Direito – 2011



Fonte: CPA/UEPG

### 2.3.2 Tipo de exercício profissional

**Tabela 8:** As atividades profissionais exercidas pelos egressos em relação ao curso de Direito - 2011

Opção	(Qt)	(%)
está desempregado	3	4,76%
exerce suas atividades profissionais como empregado	45	71,43%
exerce suas atividades profissionais como autônomo	14	22,22%
não exerce nenhuma atividade profissional por opção pessoal	1	1,59%
<b>Total geral</b>	<b>63</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: CPA/UEPG

**Gráfico 9:** As atividades profissionais exercidas pelos egressos em relação ao curso de Direito – 2011



Fonte: CPA/UEPG

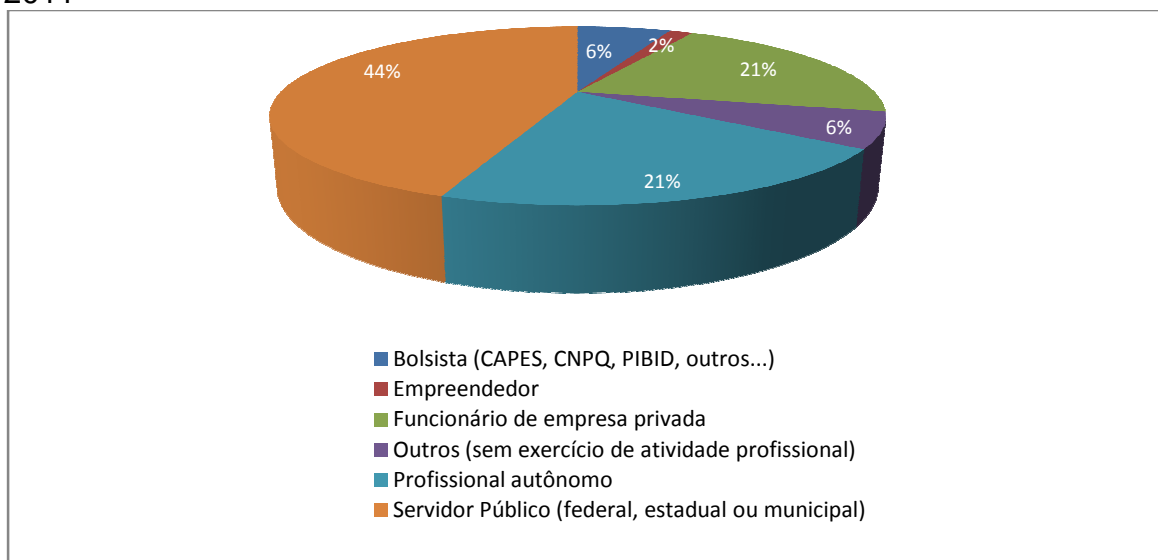
### 2.3.3 Tipo de atuação profissional

**Tabela 9:** A atuação profissional dos egressos em relação ao curso de Direito - 2011

Opção	(Qt)	(%)
Bolsista (CAPES, CNPQ, PIBID, outros...)	4	6,35%
Empreendedor	1	1,59%
Funcionário de empresa privada	13	20,63%
Outros (sem exercício de atividade profissional)	4	6,35%
Profissional autônomo	13	20,63%
Servidor Público (federal, estadual ou municipal)	28	44,44%
<b>Total geral</b>	<b>63</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: CPA/UEPG

**Gráfico 10:** A atuação profissional dos egressos em relação ao curso de Direito – 2011



Fonte: CPA/UEPG

### 2.3.4 Tempo entre a conclusão do curso e o primeiro trabalho

Os depoimentos que seguem são referentes à questão semi-aberta sobre a avaliação do tempo decorrido entre a conclusão do curso de graduação e a primeira inserção no mercado de trabalho. A partir das dimensões que foram propostas no questionário e assinaladas pelos egressos originaram-se os discursos do sujeito coletivo com relação às dimensões: *até dois anos*, *até seis meses*, *até um ano*, *imediatamente* e *outra situação*, que seguem, na sequência.

#### Discurso do Sujeito Coletivo referente à dimensão até dois anos:

*Um ano e meio pra ser aprovada no exame de Ordem e poder exercer advocacia. Após a conclusão do curso ingressei na Escola da Magistratura e após o término da especialização prestei o meu primeiro exame da ordem. Com o número da OAB em mãos prestei concurso e o entre o período da colação até a atuação como advogada passou-se dois anos. Neste período estive de licença do meu trabalho. Realizei cursos pela Rede LFG de ensino. Ao retornar ao meu trabalho, atuei na área de licitações e atualmente sou auxiliar do assessor jurídico do órgão onde trabalho. No primeiro ano de formada, optei por apenas estudar para concursos públicos e fazer especialização. No segundo ano, comecei a advogar e no terceiro ano de formada fui aprovada em um concurso público. Fiquei estudando para concursos por cerca de um ano. Apenas demorei este tempo para iniciar minhas atividades por conta da necessidade de passar no Exame da OAB, que ocorreu em 2008. No ano de 2007 me dediquei apenas a pós-graduação. Fui aprovada em Concurso Público de Procurador Municipal 1 ano e meio após o término da graduação.*

#### Discurso do Sujeito Coletivo referente à dimensão até seis meses:

*Aguardava o fim do vínculo com o emprego anterior. Estágio de pós-graduação em Promotoria. Optei por me inserir num mercado de trabalho diferente daquele em que terminei a graduação, somado a isto, em meu desfavor, vem a falta de experiência, eis que os estágios acadêmicos dificilmente contam como experiência. Por falta de oportunidade, já que há dificuldade em se conseguir oferta de emprego para quem ainda não tem experiência e pelo alto custo de se desenvolver uma atividade como profissional autônomo. Infelizmente após o exame de ordem (em fevereiro/2009), a posse na OAB para poder atuar como advogada demorou. Somente em maio/2009 consegui a carteirinha para atuar como autônoma. Mas a vida de advogado iniciante é muito difícil. Há saturação do mercado, falta de confiança nos profissionais mais recentemente formados, e dificuldade de conseguir clientes (pouca divulgação, profissional pouco conhecido), montar escritório (custo e administração), entre outras dificuldades (falta de conhecimento empírico). Mas entre a formação e o encontro de um emprego demorou um ano, que na minha opinião é muito tempo pois a universidade que cursei é de grande renome e eu sempre fui uma aluna aplicada, com notas boas e conhecimento fixado. Concluí o curso de Direito em fevereiro de 2007 e em março já estava atuando como advogada. Comecei a trabalhar 3 meses após a conclusão da graduação. Consegui uma colocação no mercado de trabalho seis meses depois da conclusão do curso de Direito, e continuo advogando para a mesma empresa desde então. Três meses após minha formatura, ingressei como técnico de projetos de extensão na Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol, programa de extensão da UEPG, do Programa de Extensão – PROEXT 2009, do Ministério da Educação - MEC. Período necessário para a realização de testes e entrevistas. Nos primeiros meses da conclusão do curso atuei como advogada até o chamamento para tomar posse em concurso público, que se deu 6 meses após a conclusão da graduação. Embora já fosse funcionária pública, após a conclusão do curso passei a atuar especificamente na minha área, em uma função gratificada. Logo que fui aprovado no exame da OAB comecei a atuar como advogado. Optei por estudar para concursos. Contudo, após 06 meses surgiu a oportunidade de trabalhar em um escritório especializado direito do trabalho, autor. Após a conclusão do curso, me*

*submeti ao Exame de Ordem da OAB, obtendo aprovação. Assim, o prazo diz respeito aos intervalos entre a 1ª e a 2ª fase do exame e o posterior compromisso.*

Discurso do Sujeito Coletivo referente à dimensão até um ano:

*Aguardo de nove meses, em virtude de chamamento em concurso público. Houve tentativa de trabalhar como autônomo e não deu certo. Dificuldade para ingressar no mercado de trabalho devido ao grande número de profissionais na área. Aprovação em concurso público. Além do curso de graduação e a aprovação no exame da ordem a colocação no mercado para os profissionais do direito é complicada por diversos fatores, inclusive o excesso de profissionais no ramo. Antes de me empregar profissionalmente, realizei pós-graduação, sem procurar trabalho. Devido à necessidade de aprovação no exame da OAB. Por opção própria. Fiquei estudando até surgir oportunidade. Durante o período de aproximadamente um ano após a conclusão do curso prestei alguns concursos públicos e aguardei nomeação dentre os quais obtive aprovação. Não trabalhei antes por opção própria, preferi me preparar para prestar concursos públicos. Dentro de um conjunto de problemas pessoais e falta de oportunidades para empregos na cidade em que resido, comecei a trabalhar como autônoma após 8 meses de formação. Após 2 anos passei em concurso público, no qual ainda trabalho.*

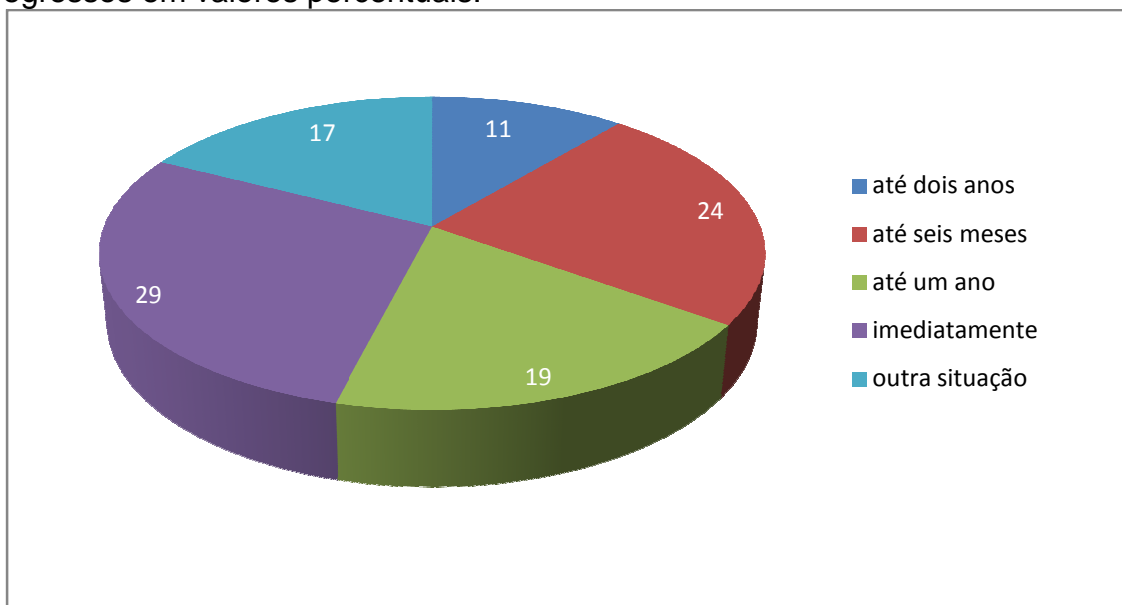
Discurso do Sujeito Coletivo referente à dimensão imediatamente:

*Iniciei o estágio no primeiro ano da graduação e antes mesmo de concluir o curso já havia recebido um convite do meu próprio chefe para iniciarmos uma sociedade. Trabalho como advogada dativa e curadora especial nas varas de família, cíveis, criminais e federais. Tão logo concluí a graduação e foi divulgado o resultado de minha aprovação no exame de ordem solicitei minha inscrição. Ao final do trâmite para expedição da carteira profissional iniciei minha atuação. Eu já estagiava durante a graduação. Com a colação de grau e a aprovação no exame da OAB, que ocorreram simultaneamente, deixei de ser estagiário e passei a advogar no mesmo escritório de advocacia. Assim que me formei, comecei a trabalhar como advogado autônomo e após a conclusão de minha especialização, já passei a lecionar em instituição de ensino superior privada. Ingressei num projeto da própria universidade. Mesmo antes de terminar a faculdade, já contava com algumas propostas de emprego. Iniciei na empresa antes mesmo de colar grau. Fui efetivada no mesmo escritório em que fazia estágio, antes mesmo de concluir a graduação estava trabalhando. Logo após a conclusão do curso. Assim que houve a graduação em 26/02/2010, conseguimos agendar o compromisso com a OAB em abril e logo após já iniciei. Antes de concluir o curso eu já tive propostas de emprego. Passei em concurso público antes mesmo de terminar a graduação. Na função de assessora jurídica. Inserção imediata no mercado de trabalho logo após a colação de grau. Já trabalhava e a graduação deu qualificação para não função. Continuei no mesmo local que realizava estágio durante a graduação, agora na condição de assessora, porém continuo porque ainda não encontrei outro emprego melhor.*

## Discurso do Sujeito Coletivo referente à dimensão outra situação:

*Sou funcionária pública Estadual, antes de iniciar o curso escolhido. Passei no concurso do Banco do Brasil e comecei a trabalhar 3 meses antes de concluir a graduação. Estou no banco desde então. Não estou atuando na área da graduação, por opção. Já trabalhava indiretamente à área de atuação dentro do ramo empresarial, passando ao estágio obrigatório posteriormente, quando da realização do curso de graduação, sem deixar de atuar onde já estava. Empresa própria. Atuação em outra área que não a da graduação, com conseqüente e atual retorno à área. Ainda não encontrei oportunidade válida para atuar na área que me graduei, visto que a combinação da falta de mercado de trabalho mais a desvalorização do profissional recém-formado dificultam/impossibilita uma atuação de qualidade no âmbito do Direito. Nunca atuei como autônomo. Sempre fui servidor público. Durante a faculdade, ingressei no serviço público, por meio de aprovação em concurso público. Ainda na Faculdade passei em outros três concursos públicos concomitantemente, sendo que assumi em dois deles. No ano de 2010, após longo período de dedicação aos estudos, fui aprovado no cargo que sempre sonhei, Defensor Público Federal (Defensoria Pública da União). Hoje, atuo na defesa dos direitos das pessoas que não podem pagar pelos serviços de um advogado. Mas, minha missão, acima de tudo, é levar um pouco de esperança às pessoas. Ainda não comecei a atuar na área de formação. Não cheguei a trabalhar, continuei na área acadêmica. Iniciei no meu emprego atual antes da conclusão do Curso de Graduação. Já estava empregado antes de iniciar o curso.*

**Gráfico 11:** Tempo decorrido entre a conclusão do Curso de Graduação e o primeiro emprego ou atuação como autônomo na área de formação dos egressos em valores percentuais.



Fonte: CPA/UEPG



### **3 Considerações Finais**

#### **3.1 Colegiado de Curso**

Entende-se que a partir dos dados coletados tem-se a oportunidade de rever e aperfeiçoar a matriz curricular, encurtar a distância entre a relação teoria-prática, bem como fomentar a discussão permanente entre docentes, discentes e comunidade.

#### **3.2 Comissão Própria de Avaliação**

Sendo inerente às instituições de ensino superior a formação de indivíduos éticos, críticos e criativos, e aptos para o exercício profissional, a promoção do diálogo permanente com os egressos de seus cursos torna-se essencial para que a ela retornem informações sobre a qualidade da formação recebida, tanto curricular quanto ética, a inserção no mercado de trabalho, a satisfação profissional, a relação entre a ocupação e a formação profissional, além da continuidade da formação em cursos de atualização e de pós-graduação.

Dentre as diferentes possibilidades de avaliação institucional registra-se a de averiguar a opinião dos egressos dos cursos de graduação, quando já exercendo atividades profissionais, pois ela é uma das dimensões proposta pelo SINAES (9ª Dimensão).

O *feedback* dos egressos em relação ao ensino ofertado pela instituição é necessário para a proposição das mudanças nos currículos, nos processos de ensino-aprendizagem, na gestão universitária e para averiguar a trajetória profissional e acadêmica após a conclusão do curso. Nesse sentido, o egresso do curso de graduação pode constituir-se como um indicador de avaliação institucional e uma referência para avaliação da qualidade acadêmica da instituição formadora.

O processo de avaliação de egressos desencadeado na UEPG pautou-se nesses princípios, ou seja, considerou que a realidade profissional vivenciada pelos ex-alunos constitui-se como um indicador substantivo da qualidade acadêmica, evidenciando as potencialidades e fragilidades do currículo desenvolvido no processo de formação.

O desafio de construí-lo numa perspectiva crítica apontou que, para além de uma fundamentação teórica de avaliação institucional foi necessário desenvolvê-la numa postura dialógica e democrática considerando os múltiplos fatores que a interseccionam: socioculturais, científicos e pedagógicos.

Os resultados obtidos na avaliação de egressos dos cursos de graduação da UEPG podem contribuir para avanços reais, se os gestores acadêmicos consideram a riqueza de informações, significados e perspectivas desveladas pelos ex-alunos.

### 3.2.1 Parecer da Comissão Própria de Avaliação

A avaliação de currículo se constitui em uma das dimensões mais importantes da avaliação institucional, uma vez que a missão, a filosofia, as expectativas das instituições de ensino superior se efetivam ou não na atividade fim da educação que se dá na sala de aula, entre professores e alunos.

A avaliação de currículo possibilita o conhecimento de questões relativas ao desempenho de professores, as condições do ambiente físico, da infraestrutura, da tecnologia, entre outras que estão imbricadas ao desenvolvimento curricular. Elementos que não podem e não devem ser ignorados na busca da compreensão das situações em pauta na avaliação do currículo.

É essa riqueza e complexidade dos processos avaliativos que oportunizam a aprendizagem do diálogo, da ação, da reflexão sobre as ocorrências vividas movimentando a prática e construindo pressupostos teóricos de ação (CAPPELLETTI, 2010).

As experiências de avaliação vivenciadas pelos colegiados de curso têm oportunizado vivências de situações pelos seus membros que desafiam e que, em determinados momentos, faz-se necessário recuar para poder avançar, conceder para poder ganhar, ouvir muito para poder serem escutados, enfim desenvolver habilidades de negociação. Tudo isso porque nem sempre avaliamos cursos em que os participantes possuem uma mesma concepção de mundo, de educação, de avaliação, o que cria um confronto de natureza teórica, com a qual temos que saber lidar, buscando caminhos alternativos que viabilizem a implementação dos projetos pedagógicos dos cursos - PPCs, tendo em vista a superação das dificuldades e dos problemas encontrados.

Embora o Colegiado de Curso tenha analisado os dados da avaliação de egressos, estes não podem ser validados em termos estatísticos, tendo em vista que a amostragem de respondentes ficou abaixo de 15%.

Sugere-se ao Colegiado que desencadeie no âmbito do seu Curso nova avaliação de egressos com participação amostral que viabilize a validação dos dados coletados.

